



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**PROJETO BÁSICO - PRES/DG/SAOFC/COFC/SECG**

**DE PROJETO BÁSICO**

**1 - INTRODUÇÃO**

Elabora-se o presente Projeto Básico, nos termos do art. 6º, IX e art. 7º, I, da Lei nº 8.666/93, da Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE-RO e da Resolução TSE nº 23.234/2010, tendo em vista a necessidade de contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de assinatura anual de acesso ao sistema web "Gestão Tributária".

**2 - OBJETO**

Contratação da pessoa jurídica **OPEN TREINAMENTOS E EDITORA LTDA, CNPJ 09.094.300/0001-51**, para prestação de serviço de 1 (uma) assinatura anual com 12 (doze) acessos simultâneos ao sistema web "Gestão Tributária", plano Diamante, conforme Carta Proposta ([0424402](#)).

Em síntese, o objeto propicia:

I - Acesso via Internet no site [www.gestaotributaria.com.br](http://www.gestaotributaria.com.br).

II - Acesso autenticado *login*/senha.

III - *Login*/senha de uso exclusivo não compartilhado com outras entidades públicas/ privadas ou diferentes IP'S, sem possibilidade de *login* simultâneo.

IV - Acesso a informações relevantes acerca da tributação, abordando os principais impostos e contribuições incidentes na fonte (INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS e ISS).

V - Simulador (GT-Fácil) de tributação incidente sobre pagamentos, obtendo instantaneamente a orientação correta sobre como proceder em cada espécie de serviço contratado, indicando, ainda, valores a serem retidos em cada um dos tributos, com possibilidade de emissão de relatório em formato *.pdf* para cada consulta/simulação realizada.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VI - Resposta a questionamentos (Informação Fiscal – IF) acerca da incidência dos impostos e contribuições sociais referentes a INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS e ISS, nos pagamentos a pessoas físicas ou jurídicas.

### **3 – JUSTIFICATIVA**

#### **3.1 DA NECESSIDADE**

Atualmente, os órgãos e entidades da administração pública dos diversos níveis de governos são obrigados a proceder a diversos recolhimentos tributários, sendo a maioria relacionada a retenções de impostos e contribuições nos pagamentos aos prestadores de serviços.

Diante das grandes dificuldades encontradas na legislação tributária, especialmente no que diz respeito às obrigações incidentes na contratação de pessoas físicas e jurídicas, devido às imprecisões e contornos das normas vigentes a respeito do tema, faz-se necessária a contratação de soluções tecnológicas de apoio que permitam ao servidor enfrentar as dúvidas existentes com maior objetividade.

Deve-se considerar, ainda, o crescente volume de demandas que versam sobre pagamentos a fornecedores em contraponto ao reduzido quadro de servidores deste Tribunal que conta atualmente com apenas dois lidam diretamente com a liquidação de despesas no SIAFI e as retenções tributárias pertinentes.

Visa-se, ainda, evitar penalidades pecuniárias pela não retenção e pagamento de tributos que variam de 75% (setenta e cinco por cento) a 200% (duzentos por cento) do valor do tributo, além de juros e correção monetária.

#### **3.2 DO ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Projeto Básico detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

Além disso, o serviço pretendido vai ao encontro de dois Objetivos Estratégicos traçados no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO deste Órgão, a saber:

- VISÃO DE FUTURO: Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança;
- VALORES: Ética, celeridade, transparência, eficácia, comprometimento e inovação.
- CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
- APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

### **3.3. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

Acerca da sustentabilidade, é importante destacar que a comercialização, distribuição e utilização do sistema web "Gestão Tributária" não constitui atividade poluidora. Isso porque o sistema é totalmente operacionalizado “*on line*”, na plataforma web da rede mundial de computadores (intranet). Assim, não há que se falar em atividade poluidora, o que afasta exigência dos critérios de sustentabilidade previstos pelo art. 6º da IN 01/201-SLTI para a contratação de serviços.

Ademais, seria inviável tal exigência não somente por conta da utilização por meio eletrônico, como também pelo fato de ser a futura contratada a única instituição a comercializar o produto e este ser exclusivo no mercado.

## **4 – INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Consoante certidão da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação Regional Bahia - ASSESPRO-BA ([0442622](#)), a empresa **OPEN TREINAMENTOS E EDITORA LTDA**, CNPJ **09.094.300/0001-51**, detém exclusividade na autoria e fornecimento, para todo o território nacional, do sistema web "Gestão Tributária".

Em razão disso, diante da exclusividade na prestação dos serviços pela citada empresa, entende-se, *s.m.j*, pela contratação direta, por inexigibilidade de licitação, eis que configurada a inviabilidade fática e jurídica de competição, a teor do que dispõe o **art. 25 da Lei nº 8.666/93**.

### **5 – VALOR E ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

O valor da prestação do serviço será de **R\$ 7.188,00** (Sete mil, cento e oitenta e oito reais) conforme Carta Proposta ([0424402](#)), em anexo, da empresa **OPEN TREINAMENTOS E EDITORA LTDA**, CNPJ nº **09.094.300/0001-51** para um plano de acesso de 12 (doze) meses de duração.

A empresa **OPEN TREINAMENTOS E EDITORA LTDA**, CNPJ nº **09.094.300/0001-51**, situa-se à rua Edistídio Pondé, 353, Edf. Empresarial Tancredo Neves, cj 909/910, STIEP, CEP nº 41.770-395, Salvador-BA, telefones (71) 3340-0603 e 0800-8881482, email vendas@opentreinamentos, domicílio bancário no Banco do Brasil, agência nº 5737-1, conta corrente nº 8193-0, representada comercialmente por Soraya Sá Andrade de Oliveira, CPF nº 803.311.225-53.

Registra-se o oferecimento de desconto na aquisição do produto até o dia **13/09/2019**, com a disponibilização do acesso às funcionalidades do Plano Diamante no valor equivalente ao Plano Ouro, como consignado na carta proposta acostada ao evento nº [0424402](#).

As despesas decorrentes do presente Projeto Básico correrão com recursos do **Orçamento Anual de 2019** deste Tribunal, cuja fonte de recurso, Programação orçamentária e natureza de despesa serão:

**CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO):** Orçamento Ordinário  
(Manutenção Geral) - 2019



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**AGREGADOR:** Operação dos Serviços Administrativos

**DESPESA AGREGADA:** Assinatura de Periódicos e Anuidades

**PLANO INTERNO:** AOSA ASSINA

**VALOR:** R\$ 7.188,00

## **6 - DO CONTRATO**

### **6.1. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO**

I - A prestação dos serviços objeto deste Projeto Básico será regulada pela minuta da Carta-Contrato, em anexo a este Projeto Básico.

II- A Carta-Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de 16 de setembro de 2019.

III - Como condição para a contratação a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

IV - Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos, através de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI.

V - Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração contratante remeterá, por email, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela adjudicatária.

VI - Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal do contrato para assinatura e devolução pela adjudicatária.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VII - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

VIII - O descumprimento injustificado pela adjudicatária das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93).

### **6.2. DOS DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE**

São deveres do contratante:

- I. Receber a chave de acesso do sistema;
- II. Não compartilhar a chave acesso com outras entidades públicas/privadas;
- III. Certificar a Nota Fiscal referente à assinatura contratada;
- IV. Anotar nos autos as ocorrências relativas ao cumprimento contratual, mantendo atualizados os documentos próprios dos registros de não funcionamento do sistema e oficiando a CONTRATADA caso ocorra a não utilização do sistema por problemas operacionais da empresa;
- V. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
- VI. Efetuar pagamento conforme contratado;
- VII. Cumprir e fazer cumprir as disposições do instrumento contratual e da proposta da contratada, observando o ordenamento jurídico correlato.

### **6.3. DOS DEVERES DA CONTRATADA**

São deveres da contratada:

- I - Oferecer aos assinantes acesso a informações relevantes acerca da tributação de seus contratos, abordando os principais impostos e contribuições incidentes na fonte (INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS e ISS).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - Garantir a todos os 12 (doze) servidores do TRE-RO o acesso permanente, simultâneo e ilimitado, por meio da intranet, ao conteúdo contratado, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante todo período de vigência contratual, acesso ao mesmo conteúdo simultaneamente.

III - Disponibilizar suporte técnico, de segunda a sexta-feira, de 8 às 18 horas, objetivando a resolução e o esclarecimento de problemas e dúvidas quanto ao conteúdo contratado.

IV - Responsabilizar-se por todas as obrigações e todos os encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, que prestem serviço à empresa, bem como com as taxas, impostos, frete e outras que incidam ou venham a incidir sobre o serviço ora contratado.

V - Indenizar o TRE-RO por todo e qualquer dano decorrente direta e indiretamente da execução do presente Contrato, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos.

VI - Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, devendo comunicar ao TRE-RO, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução do contrato.

VII - Informar imediatamente ao TRE-RO a ocorrência de qualquer problema técnico, que venha ocasionar a indisponibilidade do produto objeto do contrato.

VIII - Não transferir ou sub-contratar, no todo em parte, o objeto contratado, bem como transferir ou ceder a terceiros o crédito respectivo, ficando obrigada perante o CONTRATANTE, pelo exato e fiel cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas neste instrumento.

IX - Sempre que, no decorrer da vigência contratual, houver o lançamento de novas edições de quaisquer dos livros, disponibilizar à CONTRANTE a edição atualizada;

X - Assumir total responsabilidade por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes, relativos ao objeto do fornecimento do bem contratado.

#### 6.4. DO PAGAMENTO





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - A Administração efetuará o pagamento em parcela única, no valor informado no item 5, mediante ordem bancária, para pagamento de faturas com códigos de barras, através do Banco Brasil S/A, em moeda corrente, em até 05 (cinco) dias, contados da apresentação da Fatura/Nota Fiscal.

II - Quando da apresentação da fatura/nota fiscal, a CONTRATADA deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho, além de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

III - Caso a contratante identifique qualquer divergência na Nota Fiscal, devolvê-la-á à CONTRATADA para a devida regularização, sendo que o prazo para pagamento será contado a partir de sua reapresentação com as devidas correções ou esclarecimentos.

IV - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

V - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)/365 \qquad I = (6/100)/365 \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

Demais obrigações da Contratante e da Contratada estão dispostas na minuta da Carta-Contrato e na proposta da empresa.

### **6.5. DAS SANÇÕES**

6.5.1 O descumprimento injustificado das obrigações assumidas na contratação, garantida a prévia e ampla defesa, sujeita a contratada à multa moratória consoante o *caput* e §§ do art 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:

I - Quanto à interrupção na prestação dos serviços:

a) primeira interrupção injustificada de até seis (6) horas na execução dos serviços contratados, multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento);

b) segunda interrupção injustificada de até seis (6) horas na execução dos serviços contratados, multa de 0,3% (zero vírgula três por cento);

c) Terceira interrupção injustificada na execução dos serviços contratados, multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento);

II - Quanto ao cumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato:

a) Primeiro descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento);

b) Segundo descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 1,0% (um por cento);

c) Terceiro descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato caracterizará a inexecução da obrigação.

6.5.2 A Administração contratante poderá deixar de declarar a inexecução total do contrato, quando:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) a infração tenha sido provocada por lapso do contratado e não gerar nenhum benefício, nem prejuízo ao contratante;
- b) o contratado tenha incorrido em equívoco na compreensão das regras do contrato claramente demonstrada em processo administrativo;
- c) o contratado tenha adotado voluntariamente providências suficientes para reparar a tempo os efeitos danosos da infração.

6.5.3 A Administração contratante declarará a inexecução total do contrato quando:

- a) ocorrer interrupção superior a seis (seis) horas ou quarta interrupção injustificada na execução dos serviços contratados caracterizará a inexecução do contrato;
- b) o contratado tenha deixado, tendo conhecimento do ato lesivo, de tomar providências para atenuar ou evitar suas consequências danosas;
- c) o contratado seja reincidente, definida esta como a reiteração de conduta faltosa, num lapso de 30 (trinta) dias após regular notificação.

6.5.4 Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a CONTRATANTE poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.5.5 As multas previstas nesta seção não eximem a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

6.5.6 Os procedimentos a serem adotados em cada penalidade estão descritos no Capítulo VI – Das Sanções Administrativas da Instrução Normativa nº. 004/2008-TRE-RO.

## **7 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

A Gestão e Fiscalização do ajuste será realizada pelo titular da **Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade**, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços

Os procedimentos adotados são os previstos neste Projeto Básico, na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 e na legislação em vigor.

## **8 – DOS ANEXOS**

São anexos do presente Projeto Básico:

**a) Anexo I** - Carta Proposta ([0424402](#));

**b) Anexo II** - Declaração de Exclusividade da **OPEN TREINAMENTOS E EDITORA LTDA**, CNPJ nº **09.094.300/0001-51**, na autoria e fornecimento do produto sistema web **Gestão Tributária** ([0442622](#));



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) **Anexo III** - Certidões de regularidade fiscal (Receita Federal, INSS e FGTS), Certidão Negativa da Justiça do Trabalho e Certidão Negativa de atos de improbidade junto ao CNJ ([0424407](#)).

d) **Anexo IV** - Certidão de regularidade do FGTS, com vencimento em 23/08/2019 ([0442621](#)).

---

Documento assinado eletronicamente por **HÉLIO NEVES DA CRUZ, Chefe de Seção**, em 07/08/2019, às 16:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000092-52.2019.6.22.8000

INTERESSADO: COFC

ASSUNTO: Inexigibilidade – Contratação da pessoa jurídica para prestação de serviço de 1 (uma) assinatura anual com 12 (doze) acessos simultâneos ao sistema web "Gestão Tributária".

**PARECER JURÍDICO Nº 0445357 / 2019 - PRES/DG/AJDG**

**01.** Trata-se de processo administrativo aberto por solicitação do Gabinete da Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade – GABSAOFC ([0381643](#)), mediante o qual se busca a contratação da pessoa jurídica **OPEN TREINAMENTOS E EDITORA LTDA**, CNPJ **09.094.300/0001-51**, para prestação de serviço de 1 (uma) assinatura anual com 12 (doze) acessos simultâneos ao sistema web "Gestão Tributária", plano Diamante, conforme Projeto Básico SECG evento [0442026](#).

**02.** Carreou-se aos autos proposta comercial da empresa **OPEN TREINAMENTOS E EDITORA LTDA** ([0424402](#)), Certificado de Exclusividade fornecido pela **Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação – ASSESPRO** ([0442622](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**03.** A regularidade fiscal e trabalhista da empresa foi comprovada pela Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade e Certificado de Regularidade do FGTS – CRF ([0424407](#) e [0442621](#)).

**04.** Ressalta-se que, no referido Projeto Básico SECG ([0442026](#)), constam especificação do objeto, justificativa, inexigibilidade de licitação, valor e aderência ao planejamento orçamentário, contrato, sanções, gestão e fiscalização e anexos.

**05.** Em seguida, vieram aos autos a Programação Orçamentária PRES/DG/SAOFC/COFC n. 0149/2019 ([0436803](#)), no valor de **R\$ 7.188,00 (Sete mil cento e oitenta e oito reais)**, oportunidade em que a SPOF informou o Pré-empenho n. 2019PE000170 e que *a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro, registrada no processo n. 0000017-47.2018.6.22.8000.*

**06.** Na **Análise de Projeto Básico n. 89/2019 ([0443830](#))**, a Coordenadora da COMAP, unidade responsável pela avaliação do PB, nos termos do item **XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 04/08**, concluiu que o Projeto Básico ([0442026](#)), complementado pela proposta da empresa ([0424402](#)) e pela certidão de exclusividade para comercialização do serviço ([0442622](#)), encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações, estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93 e manifestou-se no sentido de que a Autoridade Superior adjudique do objeto à proponente concomitantemente com a aprovação do PB.

**07.** Por fim, a Seção de Contratos – SECONT elaborou a Minuta da Carta-Contrato ([0444409](#)). Dessa forma instruídos, vieram os presentes autos para análise desta Assessoria Jurídica. **É o necessário relato.**

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

**08.** Inicialmente, importa esclarecer a possibilidade de contratação por inexigibilidade, com fundamento no art. 25 da Lei n.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.666/93. O **Manual de Licitações & Contratos**, de autoria do Tribunal de Contas da União, assim estabelece:

Na dispensa de licitação a lei desobriga o administrador de fazer o procedimento licitatório, mesmo quando a competição mostrar-se possível, enquanto que na inexigibilidade, a licitação é impossível pela inviabilidade de competição ou desnecessária.

A licitação impossível pela inviabilidade de competição caracteriza-se por haver apenas um determinado objeto ou pessoa que atende às necessidades da administração contratante. (Manual de Licitações & Contratos, TCU, pág. 229).

**09.** A esse respeito temos o Acórdão TCU Plenário n. 125/2005:

**Acórdão 125/2005 Plenário:** Não efetue aquisições e contratações por inexigibilidade de licitação quando houver viabilidade de competição, e também nos casos em que houver apenas exclusividade de marca e não exclusividade do produto de interesse da empresa.

**10.** Como há nos autos declaração da **Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação –ASSESPRO**, informando que a empresa **OPEN TREINAMENTOS E EDITORA LTDA** detém exclusividade no Brasil na distribuição do sistema “Web Gestão Tributária” ([0442622](#)) em todo território nacional, entende-se que a contratação poderá enquadrar-se na hipótese de **inexigibilidade de licitação** descrita no **art. 25, caput, da Lei n. 8.666/93**.

**11.** O PB em análise ([0442026](#)) e seus Anexos, por sua vez, contêm os elementos mínimos previstos no inciso IX do artigo 6º da Lei n. 8.666/93, razão pela qual se recomenda sua **APROVAÇÃO pela autoridade competente**, para cumprimento do disposto no inciso I do § 2º do art. 7º do referido diploma legal.

### **III – CONCLUSÃO**

**12.** Nesses termos, conclui-se que a contratação requerida poderá ser processada diretamente com a empresa **OPEN TREINAMENTOS E EDITORA LTDA, CNPJ 09.094.300/0001-51**, já que configurada a situação de inexigibilidade de licitação prevista no **caput do art. 25 da Lei n. 8.666/93**, porquanto demonstrou que está apta a contratar com o setor público, situação que deverá ser reafirmada no ato da contratação.

**13.** Ademais, entende-se de boa prática o envio de cópia do Projeto Básico à empresa contratada.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**14.** Resta, neste momento, a análise formal dos termos da Minuta do instrumento anexada no evento [0444409](#). Verifica-se que o referido instrumento encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação. Assim, em cumprimento ao parágrafo único do art. 38 da Lei de Licitações e Contratos, esta Assessoria Jurídica **APROVA** a minuta supramencionada.

**15.** Finalmente, com precedente no **Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário**, entende-se desnecessária a publicação na imprensa oficial, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Não obstante, em homenagem ao Princípio da **Publicidade**, insculpido no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE.

À consideração da autoridade competente.

---

Documento assinado eletronicamente por **Camila Trindade da Silva, Estagiário**, em 15/08/2019, às 14:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 15/08/2019, às 14:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000092-52.2019.6.22.8000

INTERESSADO: COFC

ASSUNTO: Contratação da empresa OPEN TREINAMENTOS E EDITORA LTDA para prestação de serviço de 1 (uma) assinatura anual com 12 (doze) acessos simultâneos ao sistema web "Gestão Tributária".

**DESPACHO Nº 4196 / 2019 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo no qual o Gabinete da Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade – GABSAOFC ([0381643](#)) busca a contratação direta da empresa **OPEN TREINAMENTOS E EDITORA LTDA, CNPJ 09.094.300/0001-51**,





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

para prestação de serviço de 1 (uma) assinatura anual com 12 (doze) acessos simultâneos ao sistema web "Gestão Tributária", plano Diamante, conforme Projeto Básico SECG evento [0442026](#).

No Projeto Básico ([0442026](#)), consta a descrição detalhada do objeto, justificativa, valor da contratação, o enquadramento dos serviços para fins de contratação – inexigibilidade, as obrigações das partes, a forma de pagamento, as penalidades, a gestão e fiscalização e anexos.

O valor da contratação é de **R\$ 7.188,00 (Sete mil cento e oitenta e oito reais)** pelo período de um ano a contar de 17 de setembro de 2019, conforme cláusula segunda da minuta da carta contrata anexada ao evento n. [0444409](#), permitindo o acesso ao **plano diamante**, tendo em vista a previsão de upgrade e desconto nas aquisições do plano ouro até o dia 13/09/2019 nos termos consignados na carta proposta acostada ao evento n. [0424402](#).

A Coordenadoria de Material e Patrimônio manifestou-se pela aprovação do Projeto Básico da SEPM e pela adjudicação do objeto à referida empresa ([0443830](#)).

O processo foi devidamente instruído com a juntada de programação orçamentária SPOF ([0436803](#)) e da minuta de carta-contrato pela SECONT ([0444409](#)).

A AJDG, após análise, concluiu pelo enquadramento da contratação na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no art. 25, *caput*, da Lei 8.666/93, uma vez que demonstrada a impossibilidade de competição, e aprovou os termos da minuta de Carta-Contrato juntada no evento [0444409](#), em cumprimento ao artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 ([0397210](#)).

A SAOFC não se manifestou nos presentes autos acerca da contratação do serviço, tendo em vista que no período de análise/apreciação da matéria o Secretário exerce cumulativamente, em substituição, o cargo de Diretor-Geral ([0450197](#)).

Vieram os autos para apreciação deste Diretor-Geral em Substituição.

Inicialmente, observa-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por inexigibilidade de licitação, uma vez que a empresas detém exclusividade no Brasil para o fornecimento do serviço que se pretende adquirir, restando demonstrada a impossibilidade material do desencadeamento de competição ([0424405](#) e [0442622](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nos termos da informação 4405 ([0436950](#)) a presente contratação não se enquadra como solução de TIC, uma vez que não é composta por bens e/ou serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação que se integram para o alcance dos resultados pretendidos com a contratação, de modo a atender à necessidade que a desencadeou, vislumbrando apenas o acesso a um sistema de que não está instalado na infraestrutura do TRE-RO e nem será mantido pela equipe de Sustentação de software da STIC.

Do teor da carta proposta juntada ao evento n. [0424402](#) o valor da contratação (**R\$ 7.188,00 (Sete mil cento e oitenta e oito reais)**), daria direito a licença anual do sistema, com garantia de acesso ao plano ouro, contudo, as contratações do plano ouro efetuadas até o dia 13/09/2019, dão direito de acesso ao plano diamante durante a vigência do contrato, de modo que este Regional deve efetuar antecipadamente o pagamento afim de que garanta acesso as funcionalidade do plano diamante durante a vigência do contrato a partir de 17/09/2019, tudo em nome do princípio da economicidade e busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Por fim, compulsando os autos, verifica-se que o Projeto Básico ([0442026](#)), complementado pela proposta da empresa ([0424402](#)) e pelas Certidões de Exclusividade ([0424405](#) e [0442621](#)) para fornecimento dos serviços, encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações, estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93.

Pelo exposto, tendo em vista que este Diretor-Geral em Substituição é o Secretário da SAOFC, acumulando temporariamente os dois cargos, **RECONHEÇO** a situação de inexigibilidade de licitação e, com base nas atribuições conferidas pela Portaria PRE/TRE-RO 66/2018, **RATIFICO** a inexigibilidade apontada pela AJDG, constante do art. 25, *caput*, da Lei de Licitações e Contratos e, por consequência:

**I - Aprovo o Projeto Básico COMAP ([0443830](#))**, pois possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX e alíneas, do artigo 6º, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93;

**II - Autorizo a despesa, por inexigibilidade de licitação**, com fulcro no art. 25, *caput*, da Lei 8.666/93;

**III - Autorizo a emissão de Nota de Empenho em favor da empresa OPEN TREINAMENTOS E EDITORA LTDA, CNPJ 09.094.300/0001-51, no valor de R\$ 7.188,00 (Sete mil cento e oitenta e oito reais); e**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**IV - Determino a publicação da ratificação da inexigibilidade apenas no Diário da Justiça Eletrônico deste Tribunal**, considerando que o valor da contratação situa-se aquém dos patamares da dispensa legal, nos termos da Decisão TCU n. 1.336/2006 – Plenário.

À SAOFC para a continuidade dos atos, visando a contratação objeto destes autos.

---

Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO**, Diretor(a)-Geral - Em Substituição, em 29/08/2019, às 16:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

**CARTA CONTRATO Nº 13/2019**

**CARTA-CONTRATO N. 13/2019**

**PROCESSO SEI N. 0000092-52.2019.6.22.8000**

CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA OPEN TREINAMENTOS E EDITORA LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE UMA ASSINATURA ANUAL COM 12 (DOZE) ACESSOS SIMULTÂNEOS AO SISTEMA WEB “GESTÃO TRIBUTÁRIA”, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO TRE-RO.

**CONTRATANTE:** A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, CNPJ n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG n. 294.893-SSP/RO e CPF n. 475.106.849-00.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CONTRATADA:** Empresa **OPEN TREINAMENTOS E EDITORA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 09.094.300/0001-51, com sede na Rua Edístio Pondé, n. 353, Ed. Empresarial Tancredo Neves, Cj. 909/910, STIEP, CEP: 41.770-395, Município de Salvador, Estado da Bahia, Telefone: (71) 3340-0603 e 0800-888-1482, E-mail: [vendas@opentreinamentos.com.br](mailto:vendas@opentreinamentos.com.br), [adm@opentreinamentos.com.br](mailto:adm@opentreinamentos.com.br), [open@opentreinamentos.com.br](mailto:open@opentreinamentos.com.br), neste ato representada pelo Senhor **ALEXANDRE MARQUES ANDRADE LEMOS**, portador da Carteira de Identidade de Advogado n. 17788/OAB-BA e CPF n. 718.561.105-91.

**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** Lei 8.666/93, Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e, supletivamente, a Lei 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro).

**FUNDAMENTO LEGAL:** Contratação direta por inexigibilidade de licitação, fundamentada no artigo 25, *caput*, da Lei n. 8.666/93.

**Ato de autorização da despesa e de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação:** Despacho n. 4249/2019 - PRES/DG/GABDG, de 04/09/2019.

**DO OBJETO**

**(Artigo 55, I, IV e XI, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Contratação da empresa **OPEN TREINAMENTOS E EDITORA LTDA**, para fornecimento de 1 (uma) assinatura anual com 12 (doze) acessos simultâneos ao sistema web “**Gestão Tributária**”, plano Diamante, conforme condições constantes no Projeto Básico e na Proposta da CONTRATADA, e com as seguintes funcionalidades:

1. Acesso via Internet no site [www.gestaotributaria.com.br](http://www.gestaotributaria.com.br).
2. Acesso autenticado *login/senha*.
3. *Login/senha* de uso exclusivo não compartilhado com outras entidades públicas/ privadas ou diferentes IP'S, sem possibilidade de *loginsimultâneo*.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. Acesso a informações relevantes acerca da tributação, abordando os principais impostos e contribuições incidentes na fonte (INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS e ISS).
5. Simulador (GT-Fácil) de tributação incidente sobre pagamentos, obtendo instantaneamente a orientação correta sobre como proceder em cada espécie de serviço contratado, indicando, ainda, valores a serem retidos em cada um dos tributos, com possibilidade de emissão de relatório em formato *.pdf* para cada consulta/simulação realizada.
6. Resposta a questionamentos (Informação Fiscal – IF) acerca da incidência dos impostos e contribuições sociais referentes a INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS e ISS, nos pagamentos a pessoas físicas ou jurídicas.

**Subcláusula Única** – Independentemente de transcrição, o Projeto Básico, a proposta da CONTRATADA e o Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Inexigibilidade de Licitação são partes integrantes desta Carta-Contrato.

### **DA VIGÊNCIA**

**(Artigo 57, *caput* e § 3º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Esta Carta-Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de 17 de setembro de 2019, não podendo ser prorrogada.

### **DO VALOR**

**(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – O valor total desta Carta-Contrato, é de **R\$ 7.188,00** (sete mil, cento e oitenta e oito reais), consoante a proposta da CONTRATADA.

**Subcláusula Primeira** – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, necessários ao cumprimento



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

integral do objeto desta contratação, conforme proposta da CONTRATADA.

**Subcláusula Segunda** - As despesas com a execução da presente Carta-Contrato correrão à conta do Orçamento Ordinário da Justiça Eleitoral, Programa de Trabalho 02122057020GP0011, Natureza da Despesa 33.90.39.01, consoante Nota de Empenho n. 2019NE000663, de 04/09/2019, consoante detalhamento abaixo:

CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO): Orçamento Ordinário (Manutenção Geral)

AGREGADOR: Operação dos Serviços Administrativos

DESPESA AGREGADA: Assinatura de Periódicos e Anuidades

PLANO INTERNO: AOSA ASSINA

**DO PAGAMENTO**

**(Art. 55, III, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUARTA** - O pagamento será efetuado em parcela única após a assinatura deste instrumento, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil, contados a partir do recebimento da Fatura/nota Fiscal devidamente certificada pela Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, aplicadas as retenções legais.

**Subcláusula Primeira** – No ato do pagamento a CONTRATADA deverá estar em situação de plena regularidade junto à Fazenda Federal, à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho, além de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

**Subcláusula Segunda** – No caso de irregularidade fiscal, poderá a CONTRATADA receber o respectivo pagamento, desde que com



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

autorização prévia da autoridade máxima do CONTRATANTE, acompanhada das devidas justificativas.

**Subcláusula Terceira** - Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento conforme ora descrito, poderá ser aplicada multa por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanção prevista neste instrumento. O pagamento será realizado com a devida retenção da multa a ser aplicada, o qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. (*Acórdão n.º 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012*);

**Subcláusula Quarta** - Poderá o gestor sugerir o pagamento da nota fiscal com retenção dos valores relativos a essas obrigações, devendo fundamentar o ato.

**Subcláusula Quinta** - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**Subcláusula Sexta** - O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

**Subcláusula Sétima** - Havendo erro na Fatura/Nota Fiscal ou nos demais documentos apresentados, ou havendo, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, os documentos serão devolvidos à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras notificadas pelo CONTRATANTE, no prazo estabelecido. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

**Subcláusula Oitava** - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA QUINTA** - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela a ser paga.

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0,00016438$$

**TX** = Percentual da taxa anual = 6%.

**Subcláusula Única** - A compensação financeira prevista no item anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

**DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEXTA** – São obrigações do CONTRATANTE:

**I** - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento, na proposta da CONTRATADA;

**II** - Receber a chave de acesso do sistema;

**III** - Não compartilhar a chave acesso com outras entidades públicas/privadas;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**IV** - Proceder os pagamentos nos termos especificados nesta Carta–Contrato;

**V** - Anotar nos autos as ocorrências relativas ao cumprimento contratual, mantendo atualizados os documentos próprios dos registros de não funcionamento do sistema e oficiando a CONTRATADA caso ocorra a não utilização do sistema por problemas operacionais da empresa;

**VI** - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

**VII** - Fornecer, a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos julgados necessários;

**VIII** – Rejeitar o fornecimento efetivado em desacordo com o previsto nesta Carta–Contrato;

**IX** - Efetuar o pagamento da Nota Fiscal devidamente certificada pela Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, na forma contratada;

**X** – Comunicar-se com a CONTRATADA através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços.

**XI** - Controlar a execução financeira da contratação, dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos;

**XII** - Analisar e se manifestar sobre pedidos de prorrogação de prazo quanto ao objeto contratado; e

**XIII** - Cumprir as demais obrigações consignadas neste instrumento contratual e em seus anexos.

## **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**(Artigo 55, II, VII e XIII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SÉTIMA** – São obrigações da CONTRATADA:

**I** - Cumprir fielmente o contrato, de modo que os produtos sejam fornecidos conforme proposta comercial, ressalvado ao CONTRATANTE o direito de, a qualquer tempo e sempre que julgar necessário, proceder à



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

análise dos produtos fornecidos, ficando o ônus a cargo exclusivo da CONTRATADA;

**II** - Oferecer aos assinantes acesso a informações relevantes acerca da tributação de seus contratos, abordando os principais impostos e contribuições incidentes na fonte (INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS e ISS);

**III** – Garantir a todos os 12 (doze) servidores do TRE-RO o acesso permanente, simultâneo e ilimitado, por meio da intranet, ao conteúdo contratado, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante todo período de vigência contratual, acesso ao mesmo conteúdo simultaneamente;

**IV** - Disponibilizar suporte técnico, de segunda a sexta-feira, de 8 às 18 horas, objetivando a resolução e o esclarecimento de problemas e dúvidas quanto ao conteúdo contratado;

**V** - Responsabilizar-se por todas as obrigações e todos os encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, que prestem serviço à empresa, bem como com as taxas, impostos, frete e outras que incidam ou venham a incidir sobre o serviço ora contratado;

**VI** - Indenizar o TRE-RO por todo e qualquer dano decorrente direta e indiretamente da execução da presente Carta-Contrato, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos;

**VII** - Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, devendo comunicar ao TRE-RO, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução do contrato;

**VIII** - Informar imediatamente ao TRE-RO a ocorrência de qualquer problema técnico, que venha ocasionar a indisponibilidade do produto objeto do contrato, ou qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços para a adoção das medidas cabíveis;

**IX** - Comunicar por escrito e imediatamente ao TRE-RO a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

**X** - Não transferir e não subcontratar, no todo ou em parte, o objeto contratado, bem como transferir ou ceder a terceiros o crédito respectivo, ficando obrigada perante o CONTRATANTE, pelo exato e fiel cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas neste instrumento;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**XI** – Sempre que no decorrer da vigência contratual, houver o lançamento de novas edições de quaisquer dos livros, disponibilizar ao CONTRATANTE a edição atualizada;

**XII** - Assumir total responsabilidade por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes, relativos ao objeto do fornecimento do bem contratado;

**XIII** - Manter-se regular junto ao FGTS, INSS, à FAZENDA FEDERAL e à JUSTIÇA DO TRABALHO durante o período contratual;

**XIV** - Cumprir todos os prazos e condições estabelecidos no Projeto Básico, na Carta-Contrato e em sua proposta;

**XV** - Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto da presente contratação, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

**XVI** – Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:

a) os pedidos de prorrogação de prazo deverão apresentar a devida justificada e ser dirigidos à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal deste instrumento, decidir acerca desses pedidos; e

b) somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para a entrega e a substituição do serviço, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.

**XVII** - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% do valor inicial do contrato (art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93), observado o que segue:

a) Os limites de alteração à contratação serão considerados de forma isolada, ou seja, tomando-se o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos, sempre calculados sobre o valor original deste instrumento, sem que haja compensação entre eles, conforme reiterada decisões do TCU (Acórdãos 1.981/2009, 749/2010, 906/2012 e 517/2012 – Plenário).

**XVIII** – Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE e prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**XIX** – Executar o objeto contratado de acordo com as especificações e condições constantes no Projeto Básico, na Carta-Contrato e na proposta da CONTRATADA, podendo ser recusados os serviços que estiverem em desacordo com esses instrumentos ou apresentem qualquer vício ou defeito que inviabilizem a utilização do objeto e contrariem o fim a que se destina a contratação;

**XX** - Cumprir, no prazo determinado na notificação expedida, determinação do fiscal ou do gestor deste instrumento para adimplemento de obrigação contratual; e

**XXI** - Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

### **DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**(Artigo 67, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA OITAVA** - A gestão e a fiscalização desta Carta-Contrato serão exercidas pelo titular da Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE-RO, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

**Subcláusula Primeira** – Nos afastamentos dos titulares, as funções de gestão e de fiscalização deste instrumento serão exercidas por seus respectivos substitutos.

**Subcláusula Segunda** – A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução deste instrumento não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

### **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA NONA** – O descumprimento injustificado das obrigações assumidas na contratação, garantida a prévia e ampla defesa, sujeita a contratada à multa moratória consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Primeira** - Quanto à interrupção na prestação dos serviços:

- a) primeira interrupção injustificada de até 6 (seis) horas na execução dos serviços contratados, multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento);
- b) segunda interrupção injustificada de até 6 (seis) horas na execução dos serviços contratados, multa de 0,3% (zero vírgula três por cento);
- c) terceira interrupção injustificada na execução dos serviços contratados, multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento);

**Subcláusula Segunda** - Quanto ao cumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato:

- a) primeiro descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal/gestor do contrato: multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento);
- b) segundo descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal/gestor do contrato: multa de 1,0% (um por cento);
- c) terceiro descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal/gestor do contrato caracterizará a inexecução da obrigação.

**CLÁUSULA DÉCIMA** - Poderão ser aplicadas à CONTRATADA, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas nesta Carta-Contrato e no Projeto Básico e seus anexos, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Primeira** – A Administração CONTRATANTE poderá deixar de declarar a inexecução total do contrato, quando:

- a) a infração tenha sido provocada por lapso do contratado e não gerar nenhum benefício, nem prejuízo ao contratante;
- b) o contratado tenha incorrido em equívoco na compreensão das regras do contrato claramente demonstrada em processo administrativo;
- c) o contratado tenha adotado voluntariamente providências suficientes para reparar a tempo os efeitos danosos da infração.

**Subcláusula Segunda** – A Administração CONTRATANTE declarará a inexecução total do contrato, quando:

- a) ocorrer interrupção superior a seis (seis) horas ou quarta interrupção injustificada na execução dos serviços contratados caracterizará a inexecução do contrato;
- b) o contratado tenha deixado, tendo conhecimento do ato lesivo, de tomar providências para atenuar ou evitar suas consequências danosas;
- c) o contratado seja reincidente, definida esta como a reiteração de conduta faltosa, num lapso de 30 (trinta) dias após regular notificação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - A CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

**Subcláusula Primeira** - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada a CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação da CONTRATADA.

**Subcláusula Segunda** – Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima,





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

deverá ser automaticamente descontado do pagamento da fatura a que fizer jus, atualizado pelo SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011. Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

**Subcláusula Terceira** - No caso de o valor de pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não ser suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo pendente do valor das penalidades aplicadas ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União – DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa n. 05/2009/TRE-RO).

**Subcláusula Quarta** – De igual modo, no caso de a CONTRATADA não ter nenhum valor a receber deste Tribunal o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa n. 05/2009/TRE-RO).

**Subcláusula Quinta** - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º, da Lei 10.522/02).

**Subcláusula Sexta** - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN;

**Subcláusula Sétima** - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

**Subcláusula Oitava** - As multas previstas nesta seção não eximem a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

**Subcláusula Nona** - A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nesta seção, caracterizará a inexecução total deste instrumento.

**Subcláusula Décima** - Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar a CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93;

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

**Subcláusula Primeira** - As sanções estabelecidas neste instrumento podem ser aplicadas à CONTRATADA de forma cumulada entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Termo de Referência respectivo, devendo sempre obedecer ao procedimento disciplinado pela Instrução Normativa n. 004/2008-TRE/RO.

**Subcláusula Segunda** - O procedimento para aplicação de sanções pela CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

**Subcláusula Terceira** - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008/TRE-RO.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DA RESCISÃO CONTRATUAL**  
**(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Penalidades” deste instrumento.

**Subcláusula Primeira** – - A rescisão contratual poderá ser:

**I** – Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93.

**II** - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nestes autos, desde que haja conveniência da Administração; e

**III** - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

**Subcláusula Segunda** – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência deste instrumento, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

**Subcláusula Terceira** – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

**Subcláusula Quarta** – Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**(Art. 65 e §§ da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** – Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** – A CONTRATADA obriga-se a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da carta-contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

**Subcláusula Única** - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão desta contratação, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** - Havendo alteração unilateral da Carta-Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA** - A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações das contratações administrativas.

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Art. 61, parágrafo único, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento contratual e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário da Justiça Eletrônico do TRE-RO.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**(Art. 55, XII, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA** - À execução do presente instrumento e aos casos omissos aplicar-se-ão a Lei 8.666/93 (Licitações e Contratos), a Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e, supletivamente, a Lei 10.406/2002 (Código Civil e a Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO).

**Subcláusula Única** - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

**DO FORO**

**(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA** – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei n. 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta Carta-Contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

E por estarem, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 09 de setembro de 2019.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo CONTRATANTE	<b>ALEXANDRE MARQUES ANDRADE LEMOS</b> Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha

---

Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE MARQUES ANDRADE LEMOS, Usuário Externo**, em 09/09/2019, às 13:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 09/09/2019, às 14:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 09/09/2019, às 17:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 10/09/2019, às 08:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE**

Espécie: Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no artigo 26 da Lei 8.666/93 e termos da Decisão TCU n. 1.336/2006 – Plenário. Carta-Contrato n. 13/2019/TRE-RO, assinada em 09/09/2019. Contratada: OPEN TREINAMENTOS E EDITORA LTDA, CNPJ nº 09.094.300/0001-51. Objeto: Fornecimento de 1 (uma) assinatura anual com 12 (doze) acessos simultâneos ao sistema web “Gestão Tributária”, plano Diamante. Fundamento legal para contratação: 25, caput, da Lei n. 8.666/93. Valor: R\$ 7.188,00. Nota de Empenho: 2019NE000663, de 04/09/2018, Programa de Trabalho: 02122057020GP0011. Elemento Despesa nº. 33.90.39.01. Vigência: 12 (doze) meses, a contar de 17 de setembro de 2019, não podendo ser prorrogada. Justificativa: Necessidade de soluções tecnológicas de apoio ao servidor. Declaração de Inexigibilidade: Parecer Jurídico nº. 0445357/2019 - PRES/DG/AJDG, em 15/08/2019, por CAMILA TRINDADE DA SILVA, Estagiária, ratificada por MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessora Jurídica, CPF 716.688.707-97. Ato de autorização da despesa e de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação: Despacho nº. 4249/2019-PRES/DG/GABDG, de 04/09/2019, por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora-Geral do TRE-RO, CPF n. 475.106.849-00. Processo: SEI nº. 0000092-52.2019.6.22.8000.

---

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA**, **Chefe de Seção**, em 09/09/2019, às 15:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 20190169  
Disponibilização: 09/09/2019  
Publicação: 10/09/2019

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

### **EXTRATO DE CARTA-CONTRATO**

Espécie: Extrato da Carta-Contrato n. 13/2019/TRE-RO, assinada em 09/09/2019. Contratada: OPEN TREINAMENTOS E EDITORA





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

LTDA, CNPJ n. 09.094.300/0001-51. Objeto: Fornecimento de 1 (uma) assinatura anual com 12 (doze) acessos simultâneos ao sistema web “Gestão Tributária”, plano Diamante. Fundamento Legal: Contratação direta por Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no artigo 25, caput, da Lei n. 8.666/93. Vigência: 12 (doze) meses, a contar de 17 de setembro de 2019, não podendo ser prorrogada. Valor: R\$ 7.188,00. Signatários: pela Contratante, a Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e, pela Contratada, o Senhor ALEXANDRE MARQUES ANDRADE LEMOS. Ato de autorização da despesa: DESPACHO Nº 4249/2019 - PRES/DG/GABDG, de 04/09/2019. Processo SEI nº. 0000092-52.2019.6.22.8000.

---

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA**, **Chefe de Seção**, em 09/09/2019, às 15:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



# **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PÁGINA: 1

EMISSÃO : 04Set19 NUMERO: 2019NE000663 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA  
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA  
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133  
ENDERECO : AV.PRES.DUTRA,1.889 - AREAL  
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 09094300/0001-51 - OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTD  
ENDERECO : EDISTIO PONDE 353 SALA: 909;EDIFICIO STIEP  
MUNICIPIO : 3849 - SALVADOR UF: BA CEP: 41770-395

TAXA CAMBIO:

OBSERVAÇÃO / FINALIDADE

NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM ASSINATURA DE SISTEMA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA 55 SECG (0424394), PARECER JURÍDICO DA AJDG (0445357) E DESPACHO 4249 DA DIRETORIA GERAL (0451455) E 4301 DA SAOFC (0452329).

CLASS : 1 14122 02122057020GP0011 084771 0100000000 339039 000000 AOSA ASSINA  
TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: INEXIGIBILIDADE  
AMPARO: LEI8666 INCISO: CP PROCESSO: 00000925220196228000  
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3  
ORIGEM DO MATERIAL :  
REFERENCIA: ART25/CP LEI8666/93 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 7.188,00

SETE MIL, CENTO E OITENTA E OITO REAIS\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL OU SERVIÇO

ND: 339039 SUBITEM: 01 -ASSINATURAS DE PERIODICOS E AN

SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 7.188,00  
VALOR DO SEQ. : 7.188,00

SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE 01 (UMA) ASSINATURA ANUAL COM 12 (DOZE) ACESSOS SI  
MULTÂNEOS AO SISTEMA WEB "GESTÃO TRIBUTÁRIA", PLANO DIAMANTE, CONFORME CARTA  
PROPOSTA, E FUNCIONALIDADES DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA 55 (0424394)  
DO PROCESSO 0000092-52.2019.6.22.8000.

T O T A L : 7.188,00

AUREA CRISTINA  
SALDANHA  
OLIVEIRA:40852164220

Assinado eletronicamente por AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA em 04/09/2019 às 14:02:00  
Data de emissão: 04/09/2019 às 14:02:00  
Data de validade: 04/09/2020 às 14:02:00

AUREA CRISTINA S O ARAGÃO  
ORDENADOR SUBSTITUTO

FRANCISCO PARENTES DA  
COSTA  
FILHO:16251784253

Assinado eletronicamente por FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO em 04/09/2019 às 14:02:00  
Data de emissão: 04/09/2019 às 14:02:00  
Data de validade: 04/09/2020 às 14:02:00

FRANCISCO P. COSTA FILHO  
GESTOR FINANCEIRO